

Jobim leva a FH projeto sobre desaparecidos

Ministro da Justiça participou ontem da festa do Quarup, no Alto Xingu

TERESA GUIMARÃES

ALTO XINGU — Depois que entregar hoje ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o projeto de lei que indeniza e reconhece os desaparecidos políticos durante o regime militar, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, vai se debruçar sobre a medida provisória que instituirá o princípio do contraditório na lei de demarcação das terras indígenas.

“Não há na introdução do contraditório qualquer idéia de redução de áreas ou de imobilização de atos”, disse ontem Jobim, ao participar da festa do Quarup (ritual realizado uma vez por ano que encerra o período de luto pelos mortos) na aldeia Ipavu, dos camaiurás. “Pelo contrário, precisamos demarcar cerca de 40 milhões de hectares e constituiremos um processo sem vícios de natureza judicial ou jurídica.”

A partir da edição da medida provisória, quem se sentir prejudicado pela demarcação pode fazer uma contestação diretamente à Funai. Haverá um prazo de 90 dias para que a contestação seja apresentada. O ministro também garantiu que os

DIREITOS HUMANOS

José Paulo Lacerda/AE



Tacuman ajuda Jobim a acender cachimbo: pedido ao ministro

20 processos de demarcação de terras indígenas já concluídos, à espera apenas da assinatura do presidente Fernando Henrique, serão concluídos antes da entrada em vigor do princípio do contraditório.

De acordo com Jobim, a edição da medida provisória deverá anteceder o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do pedido de inconstitucionalidade do decreto nº 22/91. Publicado pelo ex-presidente Fernando Collor, esse decreto não abria a possibilidade de pessoas que se sentissem prejudicadas por uma demarcação colocassem em dúvida a decisão da Funai.

O cacique Tacuman, dos camaiurás, pediu a Jobim que intercedesse

com o ministro Gustavo Krause, do Meio Ambiente, para que os fazendeiros de terras próximas impeçam seus búfalos de invadir a área indígena, destruindo plantações e afastando os peixes. O pedido foi feito enquanto Tacuman e Jobim fumavam

um cigarro feito de uma folha seca e verde chamada petum. “É muito bom, embora ainda prefira o cachimbo”, comentou Jobim.

O ministro anunciou aos índios que determinará a instalação, pela Polícia Federal, de divisões

de direitos humanos para atuar junto com a Funai. Essas divisões contarão com policiais especialmente treinados e serão responsáveis pelo policiamento das terras indígenas.

JOBIM:
‘PRECISAMOS
DEMARCAR 40
MILHÕES DE HA’